

Relatório de gestão e prestação de contas

Março de 2025 a setembro de 2026

Preparado para a Assembleia-Geral de 16 de setembro de 2026

APRESENTAÇÃO

Balanço parcial das atividades da AACE no período que antecede a constituição da comissão eleitoral. O relatório reúne a reorganização administrativa e financeira, as ações de representação da carreira, o suporte jurídico, a comunicação e os serviços aos associados.

O mandato segue até março de 2027. A prestação de contas neste momento permite à categoria conhecer as entregas realizadas, o estágio das iniciativas em andamento e a agenda de continuidade da gestão.

Diretoria da AACE

Brasília, setembro de 2026

Versão 11 | Atualizada em 14 de setembro de 2026

Eleição prevista para o início de dezembro de 2026

1. Introdução e síntese da gestão

Este relatório presta contas das atividades da AACE entre março de 2025 e setembro de 2026. Sua apresentação está vinculada à Assembleia-Geral de 16 de setembro de 2026, que constituirá a comissão eleitoral e organizará a eleição prevista para o início de dezembro de 2026.

Trata-se de um balanço parcial da gestão 2025-2027. O mandato permanece em curso até março de 2027, com continuidade da representação da carreira, dos serviços aos associados e das demais entregas. O conteúdo está atualizado até 14 de setembro de 2026.

1.1. Uma agenda de organização interna e representação

A gestão organizou-se em dois eixos. O primeiro reúne a reestruturação administrativa e financeira, que interrompeu o consumo continuado das reservas; a revisão do estatuto, que converteu o ajuste em regras permanentes; e a proposta orçamentária de 2027. O ajuste partiu das receitas e despesas existentes, sem depender da entrada de novos Analistas de Comércio Exterior.

O segundo reúne a representação da carreira: correção das distorções remuneratórias, progressão e condições de trabalho, provimento do quadro, Projeto de Adidância e acompanhamento das novas turmas. Sustentaram essa atuação o suporte jurídico, a comunicação com a categoria e a ampliação das parcerias e dos benefícios, acompanhada pelo crescimento do quadro associativo.

Quadro 1. Principais registros de atividade

Frente de atuação	Registro consolidado
Documentos institucionais	30: 16 ao MDIC, 7 ao MGI, 5 a outros destinatários e 2 pedidos de acesso à informação.
Comunicação	113 comunicados aos associados e 15 publicações em redes sociais.
Atuação jurídica	4 iniciativas iniciadas na gestão e 17 notas técnicas.
Parcerias	7 convênios: 4 novos e 3 renovados.
Organização administrativa	10 encerramentos contratuais registrados, 9 contratos mantidos e 2 novos serviços.
Participação dos associados	3 AGOs e 5 AGEs com datas anteriores à assembleia de setembro de 2026.
Quadro associativo	38 novas associações no período, sem desligamentos por motivo pessoal.

Fonte: Relatório de Atividades AACE, de 03/09/2026, exceto o quadro associativo, atualizado em 14/09/2026. Os critérios de consolidação dos quantitativos constam das notas finais.

1.2. Organização do relatório

Reestruturação administrativa e financeira (pp. 3 a 7); governança, estatuto e participação (p. 8); representação institucional e valorização (pp. 9 e 10); desenvolvimento da carreira e articulação (pp. 11 e 12); atuação jurídica (p. 13); comunicação, integração e benefícios (p. 14); continuidade e conclusão (p. 15); referências e critérios (p. 16).

2. Reestruturação administrativa e financeira

2.1. Medidas administrativas e controle de despesas

Diante do risco de esgotamento das reservas e de aumento expressivo das contribuições, a atual Diretoria promoveu, ao longo de 2025, a [revisão da estrutura e das despesas](#). O ajuste foi dimensionado com base nas receitas e despesas vigentes, sem depender de novas receitas provenientes da entrada de novas turmas de ACE.

Quadro 2. Medidas administrativas registradas

Medida	Qtde.	Conteúdo
Encerramentos	10	Sede física e despesas vinculadas; telefonia fixa e internet; posto de secretaria da estrutura anterior.
Contratos mantidos	9	SERPRO, Microsoft, TIM, contabilidade, assessoria jurídica, FONACATE, Instituto Servir Brasil, Metapolítica e Gerência Geral.
Novos serviços	2	Box ACNT, para armazenamento; Brasília Office, para endereço fiscal e correspondência da AACE e da AACE Sindical.

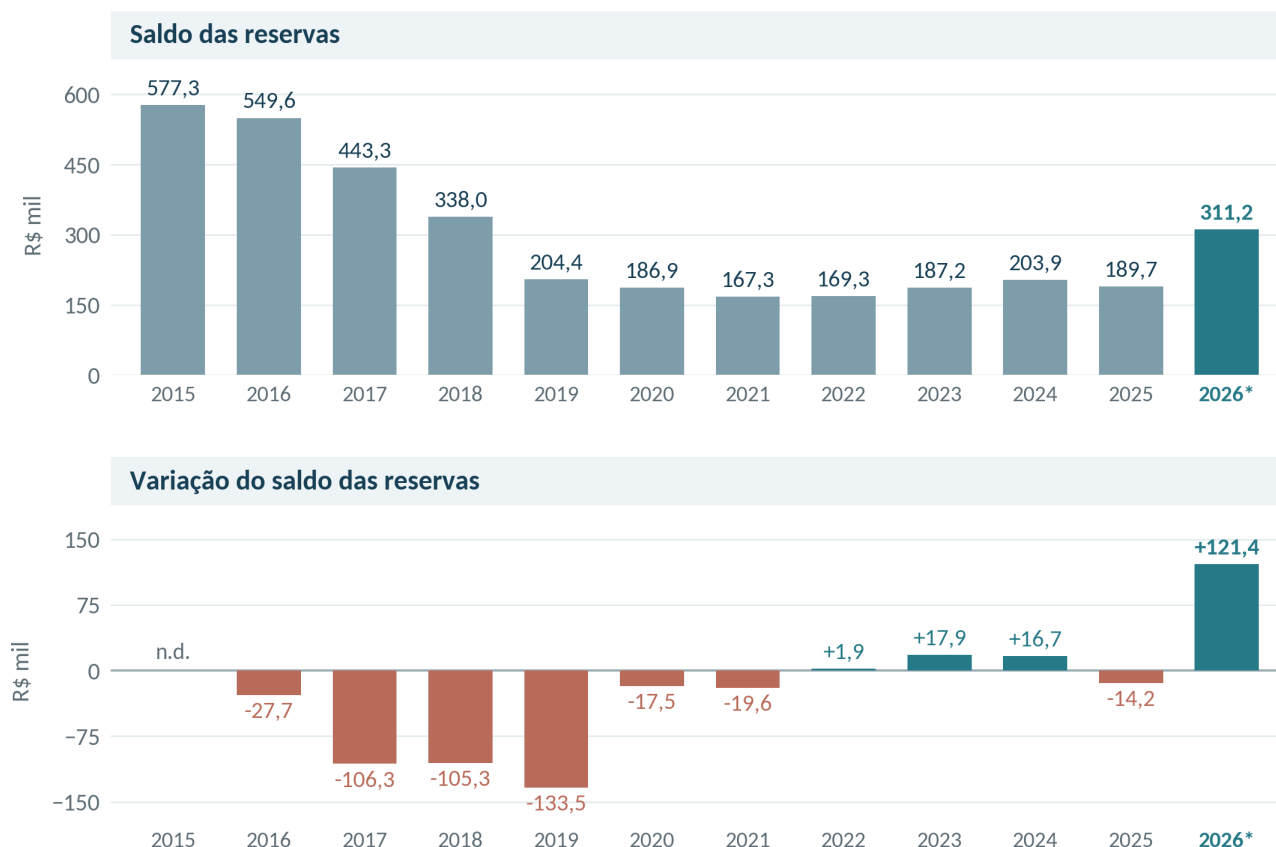
A mudança substituiu custos permanentes da sede física por uma [estrutura compatível com o funcionamento remoto](#), preservando a Gerência Geral, a assessoria jurídica, a contabilidade e os instrumentos de atuação institucional. O art. 1º, §§ 1º a 3º, do estatuto admite a [contratação de espaços presenciais conforme a necessidade](#), conciliando atendimento, reuniões e controle de despesas.

A reorganização foi acompanhada pela ampliação dos serviços e das despesas de integração e valorização da carreira. Entre as iniciativas estão a [contratação do Wellhub](#) e os [eventos de recepção aos novos ACE](#) e o pagamento à Universidade de São Paulo (USP), instituição pública de reconhecida excelência acadêmica, em apoio ao trabalho de pesquisa sobre adidâncias desenvolvido no âmbito do TradeLab. A reorganização permitiu combinar recuperação financeira com benefícios aos associados e iniciativas de interesse da carreira.

2.2. Evolução das reservas e resultados financeiros

As reservas da AACE correspondem aos recursos mantidos em aplicações financeiras de perfil conservador e alta liquidez, como certificados de depósito bancário (CDBs). O [saldo caiu de R\\$ 577,3 mil, em dezembro de 2015, para R\\$ 167,3 mil, em dezembro de 2021](#), após seis reduções anuais consecutivas. A perda acumulada foi de R\$ 410,0 mil, equivalente a 71,0% das reservas iniciais.

Figura 1. Saldo e variação das reservas financeiras



Fonte: [Histórico do saldo de investimentos da AACE](#). Valores nominais, em R\$ mil. Saldos de dezembro, exceto 2026*, referente a 31/08. A variação de 2026 compara agosto com dezembro de 2025. Em 2015, não há saldo anterior disponível (n.d.). A variação das aplicações não equivale necessariamente ao resultado contábil.

Durante parte da pandemia, a não realização de festas reduziu temporariamente as despesas e contribuiu para conter o consumo das reservas em relação ao ritmo anterior a 2020. Essa desaceleração refletiu uma circunstância excepcional, sem representar, por si só, equilíbrio estrutural.

Em 2022, houve um acréscimo de apenas R\$ 1,9 mil. As recomposições de R\$ 17,9 mil em 2023 e de R\$ 16,7 mil em 2024 dependeram de condições específicas: o aumento da arrecadação associativa decorrente do [reajuste linear de 9% concedido aos servidores civis do Executivo federal em 2023](#) e a manutenção de apenas quatro diretores remunerados durante grande parte do período, com vacância da Diretoria de Carreira em parte do mandato. Essas condições conjunturais permitiram uma recuperação limitada, sem resolver o desequilíbrio estrutural.

Após a redução de R\$ 14,2 mil em 2025, as [reservas alcançaram R\\$ 311,2 mil em agosto de 2026](#), com aumento de R\$ 121,4 mil, ou 64,0%, em relação a dezembro de 2025. Foi o maior acréscimo nominal entre os intervalos apresentados, em apenas oito meses. Além dos ajustes administrativos e financeiros implantados em 2025, o déficit daquele exercício acionou os [mecanismos de contenção de despesas previstos no art. 7º do estatuto](#), com redução dos subsídios a festas e da indenização paga à Diretoria. Essas medidas contribuíram para a recomposição das reservas. Parte dos recursos recompostos em 2026 será destinada aos pagamentos da confraternização de fim de ano, concentrados no segundo semestre.

2.3. Proposta orçamentária para 2027

Valores previstos para deliberação, em reais, nos termos do art. 11, § 10, I, do estatuto.

2.3.1. Receitas previstas

Padrão	Associados	Contribuição individual mensal (R\$)
SV	201	172,46
SIV	39	167,72
SIII	40	163,10
SII	27	158,61
SI	10	154,25
CV	1	145,87
CIII	1	137,96
BIV	11	120,84
BIII	21	117,51
Outros casos	1	94,00
Total de associados	352	

A projeção considera 352 associados e contribuição de 0,47%. A arrecadação bruta mensal é de R\$ 57.729,52. Após a taxa SERPRO de R\$ 3,70 por associado, a receita líquida prevista é de R\$ 56.427,12 por mês e R\$ 677.125,45 no ano.

2.3.2. Despesas previstas por grupo

Grupo de gastos	Previsão anual (R\$)
AACE Sindical	3.501,79
Administrativo	349.423,69
Carreira	100.845,19
Comunicação	250,13
Financeiro	22.633,00
Sócio-cultural	113.528,76
Total	590.182,55

A despesa anual prevista é de R\$ 590.182,55, com 59,2% concentrados no grupo Administrativo. A diferença entre receitas e despesas corresponde a um superávit projetado de R\$ 86.942,90.

2.3.3. Despesas discriminadas

O quadro de despesas compara a execução mensal de 2026 com os valores mensais e anuais de 2027. Contempla a recomposição da verba indenizatória da Diretoria, a reposição de equipamentos e o Wellhub por doze meses. A sede virtual já está paga por contrato de 24 meses.

A Assembleia-Geral Extraordinária de 16 de dezembro de 2022 aprovou indenizações de R\$ 2.470 para o Presidente e R\$ 1.495 para cada Vice-presidente, com vigência a partir de abril de 2023. A apresentação da pauta registra esses valores e o cálculo baseado nas então FCPE 3 e FCPE 2, com redutor equivalente ao Imposto de Renda.

Durante o mandato atual, a Diretoria manteve a indenização sem reajuste e reduziu os valores pagos. A margem orçamentária recuperada permite propor, para 2027, a recomposição da verba segundo os parâmetros definidos naquela assembleia, realizada há quase quatro anos.

Despesa	2026 mensal	2027 mensal	2027 anual	Comentários
Despesas fixas AACE Sindical				
Despesas administrativas (publicações e cartório)	140,00	145,91	1.750,90	IPCA.
Escritório de contabilidade	140,00	145,91	1.750,90	IPCA.
Sede virtual	125,00	0,00	0,00	Sem novo pagamento. Contrato de 24 meses iniciado em 09/02/2026, já pago.
Despesas fixas Administrativo				
Aquisição e manutenção de equipamentos de TI	100,00	500,00	6.000,00	Substituição de notebook e celular funcional.
Depósito	375,57	394,35	4.732,18	IPCA.
Outras despesas administrativas	800,00	800,00	9.600,00	Sem alteração.
Pacote de serviços bancários	103,43	107,95	1.295,40	Novo valor.
Registro de atas e balanços	150,00	156,33	1.875,96	IPCA.
Salários de pessoal (13º e férias rateados)	7.522,00	7.976,59	95.719,08	SECRASO e anuênio.
Telefone celular de pessoal	58,66	61,14	718,77	IPCA.
Tributos e contribuições sobre salários (IRRF, FGTS etc.)	5.494,01	6.356,56	76.278,72	SECRASO e anuênio.
Vale-alimentação de pessoal	1.029,35	1.101,40	13.216,85	SECRASO.
Verba indenizatória da Diretoria	8.153,57	11.665,56	139.986,72	Atualização: FCE 1.10 para o Presidente e FCE 1.07 para os vice-presidentes.
Sede virtual	125,00	0,00	0,00	Sem novo pagamento. Contrato de 24 meses iniciado em 09/02/2026, já pago.

Despesas discriminadas (continuação)

Despesa	2026 mensal	2027 mensal	2027 anual	Comentários
Despesas fixas Carreira				
Consultoria parlamentar	2.205,00	2.298,05	27.018,31	IPCA.
Escritório de advocacia	2.500,00	2.605,50	31.266,00	IPCA.
Provisão para perda em ação judicial	0,00	275,00	3.300,00	Sem alteração da previsão; provisão mantida.
FONACATE	2.000,00	2.084,40	24.253,20	IPCA.
FONACATE (contribuições eventuais)	500,00	521,10	6.253,20	Contribuição extraordinária ao FONACATE.
Instituto Servir Brasil	700,00	729,54	8.754,48	IPCA.
Despesas fixas Comunicação				
Manutenção do site da AACE	20,00	20,84	250,13	IPCA.
Despesas fixas Financeiro				
Escritório de contabilidade	1.644,50	1.886,08	22.633,00	Salário mínimo.
Despesas fixas Sócio-cultural				
Convênios (MARKTCLUB etc.)	3.032,51	4.760,73	57.128,76	IPCA e Wellhub durante o ano inteiro.
Despesas não obrigatórias Sócio-cultural				
Eventos, palestras e patrocínios	0,00	0,00	0,00	
Festa junina e campeonato de futebol	666,67	700,00	8.400,00	Provisão ampliada.
Confraternização anual	3.602,08	4.000,00	48.000,00	Provisão ampliada.
Total anual da proposta			590.182,55	

Os valores anuais de telefone celular, consultoria parlamentar e contribuição regular ao FONACATE não correspondem a doze vezes os mensais apresentados. Foram preservados os valores da proposta para conferência antes da deliberação.

Os totais reproduzem as imagens. Há diferenças de centavos nas somas visíveis, inclusive no total de despesas, e de R\$ 0,23 no cálculo das contribuições com os valores individuais exibidos.

3. Governança, estatuto e participação

A reorganização administrativa foi acompanhada pela revisão das regras de governança. O [estatuto consolidado](#) incorporou mecanismos de responsabilidade financeira, funcionamento remoto e participação dos associados. Essas disposições dão continuidade institucional ao ajuste e estabelecem obrigações que alcançam também as próximas gestões.

Quadro 3. Disposições do estatuto consolidado

Dimensão	Regra e efeito institucional
Responsabilidade financeira	O art. 7º exige, após o encerramento de exercício deficitário, comunicação aos associados e medidas obrigatórias sobre despesas, incluindo indenizações da Diretoria e gastos discricionários.
Funcionamento remoto	O art. 1º admite operação exclusivamente remota, com atendimento aos interesses da entidade e contratação de espaços presenciais quando necessária.
Contribuições proporcionais	O art. 4º prevê contribuição por igual percentual sobre cada padrão remuneratório, com percentual definido pela Assembleia-Geral.
Participação na agenda	O art. 12 assegura a inclusão, na pauta da próxima assembleia, de proposta apoiada por pelo menos 20% dos filiados, sem aprovação prévia da Diretoria.
Compromissos financeiros	O art. 16 exige manifestação de dois diretores, um deles o Presidente ou substituto, ressaltando compromissos inferiores a 5% do orçamento anual.
Planejamento e controle	O estatuto prevê orçamento, plano de trabalho, apreciação das contas e atuação do Conselho Fiscal, vinculando a administração às deliberações da categoria.

O desenho combina contribuições proporcionais à posição remuneratória, maior capacidade de iniciativa dos associados e regras para conter o crescimento de despesas. Em particular, a obrigação de reagir a resultados deficitários reduz o espaço para que desequilíbrios se perpetuem sem correção e sem comunicação à categoria.

3.1. Assembleias e diálogo com os associados

Foram realizadas [três Assembleias Gerais Ordinárias](#) antes do marco eleitoral de setembro: 19 de março e 25 de outubro de 2025, e 25 de março de 2026. Também ocorreram cinco Assembleias Gerais Extraordinárias: 19 de agosto, 2 de setembro, 3 de outubro e 14 de novembro de 2025, e 6 de janeiro de 2026. Em 7 de agosto de 2026, foi realizado um encontro com associados.

A assembleia prevista para 16 de setembro de 2026 acrescenta um momento de prestação de contas e preparação da sucessão. A criação da [comissão eleitoral de três membros, prevista no art. 11, § 10, II, do estatuto](#), deve permitir a organização do processo eleitoral com transparência e continuidade administrativa. A Diretoria permanece responsável pela gestão durante o restante do mandato.

4. Representação institucional e valorização

A atuação perante o governo articulou reivindicações sobre condições de trabalho, desenvolvimento funcional, provimento e valorização da carreira. Foram encaminhados [30 documentos institucionais](#), além da realização de reuniões e da participação em fóruns. A formalização dos pleitos permite à categoria acompanhar demandas e respostas.

Quadro 4. Documentos por destinatário ou instrumento

Destinatário / instrumento	Qtde.	Principais temas
MDIC	16	Teletrabalho; condições de trabalho; carreira; fortalecimento institucional; concurso e direitos funcionais.
MGI	7	Ingresso, formação, retenção e reestruturação da carreira; remuneração, benefícios e assistência à saúde.
Outros órgãos e autoridades	5	Concurso e formação; relações institucionais; governança sindical e fortalecimento da carreira.
Pedidos de acesso à informação	2	Um ao MDIC e um ao MGI, relativos ao Processo Administrativo nº 52315.000481/2025-70.
Total	30	Documentos institucionais encaminhados no período.

4.1. Correção das distorções remuneratórias

Em articulação com ANESP, ASSECOR e AFIPEA, a AACE defendeu o fortalecimento das carreiras responsáveis pelo planejamento, pela gestão e pela execução de políticas públicas. O [Ofício nº 003/2026/AACE/ASSECOR/AFIPEA/ANESP](#), de 1º de setembro de 2026, levou ao MGI, ao MPO e ao MDIC a posição de que, na ausência de reajuste linear em 2027, a política remuneratória deve corrigir as distorções aprofundadas entre as carreiras do Executivo.

O pleito requer tratamento ao menos equivalente ao conferido às carreiras jurídicas e fiscais e, idealmente, recomposição relativa das carreiras representadas pelas quatro entidades. A iniciativa formaliza uma prioridade de negociação para 2027; sua apresentação não equivale à concessão do reajuste ou à aprovação de uma reestruturação.

4.2. Negociação e condições de trabalho

A gestão manteve na agenda a progressão em 12 meses, inclusive, e o aperfeiçoamento das regras da carreira. Em resposta ao [Ofício nº 001/2026/AACESindical/ASSECOR/AFIPEA/ANESP](#), o MGI informou, pelo [Ofício SEI nº 96690/2026/MGI](#), assinado em 12 de agosto, que novas demandas deveriam aguardar o próximo ciclo de negociação. Essa posição reforça a necessidade de continuidade da articulação.

[Teletrabalho, condições de trabalho e fortalecimento do MDIC](#) também integraram a interlocução institucional, vinculados à valorização profissional e à capacidade de atrair, desenvolver e manter equipes qualificadas.

4.3. Provimento e fortalecimento do quadro da carreira

A AACE atuou pela ampliação do quantitativo de Analistas de Comércio Exterior, por meio de articulação interna no MDIC e de interlocução com outros ministérios e órgãos envolvidos nas decisões de provimento de pessoal. A atuação procurou reforçar a necessidade de recomposição e fortalecimento do quadro da carreira, considerando suas atribuições e a demanda por profissionais especializados em diferentes áreas da Administração Pública.

Esse trabalho envolveu o [acompanhamento das oportunidades de ingresso e da convocação de novos servidores](#), inclusive no âmbito dos Concursos Públicos Nacionais Unificados, além da articulação institucional para ampliar o espaço destinado à carreira nas decisões governamentais sobre força de trabalho.

4.4. Ampliação do quadro associativo

A entrada das novas turmas de Analistas de Comércio Exterior também se refletiu no quadro associativo da AACE. Considerados apenas os atos de nomeação que permaneceram válidos, a primeira turma reuniu 36 nomeações, das quais 32 servidores se associaram à entidade, o que corresponde a uma taxa de adesão de 88,9%. O resultado indica participação expressiva dos novos integrantes da carreira na Associação.

Na segunda turma, com 26 atos de nomeação válidos, foram registradas até o momento 3 adesões, equivalentes a 11,5% dos nomeados. O percentual é inferior ao da primeira turma e deve ser lido à luz da posse recente desses servidores: a decisão de filiação tende a demandar algum tempo de conhecimento da entidade, de suas atividades e de sua atuação institucional. Caso a adesão permaneça em patamar reduzido ao longo dos próximos meses, a AACE buscará identificar os motivos e avaliar medidas de aproximação com esses integrantes da carreira.

Somadas as duas turmas, 35 dos 62 servidores com nomeações válidas aderiram à AACE, ou 56,5% do conjunto até esta data. No mesmo período, foram registradas outras três adesões de Analistas de Comércio Exterior não vinculados a essas turmas. A gestão contabiliza, portanto, 38 novas associações, sem desligamentos por motivo pessoal, com ampliação da base associativa da entidade.

Quadro 5. Adesão das novas turmas ao quadro associativo

Turma	Nomeações válidas	Adesões	Taxa de adesão
Primeira turma	36	32	88,9%
Segunda turma	26	3	11,5%
Total	62	35	56,5%

Consideram-se apenas os atos de nomeação que permaneceram válidos. Os dados estão posicionados em 14 de setembro de 2026 e a adesão da segunda turma permanece em curso. Além das duas turmas, o período registra três adesões de outros Analistas de Comércio Exterior, totalizando 38 novas associações.

5. Desenvolvimento da carreira e articulação

5.1. Projeto de Adidância

A AACE estruturou o Projeto de Adidância, voltado ao fortalecimento da representação especializada do Brasil no exterior por meio da atuação de Analistas de Comércio Exterior. A construção da proposta combinou o estudo desenvolvido no âmbito do TradeLab/USP, o trabalho da Diretoria e entrevistas com colegas da carreira com experiências relacionadas ao tema, incorporando elementos da prática profissional. Desse trabalho resultou um conjunto documental composto por ofício de encaminhamento, exposição de motivos, minuta de decreto e parecer de mérito.

O projeto foi formalmente encaminhado ao MDIC pelo [Ofício nº 003/2026/AACE, de 16 de janeiro de 2026 \(SEI 57035890\)](#), no [Processo SEI nº 14021.003027/2026-68](#). A proposta da AACE prevê implementação inicial em formato de projeto-piloto, com número reduzido de postos e baixo impacto fiscal, o que permite avaliar seus resultados antes de eventual ampliação. O desenho recebeu sinalização favorável do então Secretário-Executivo do MDIC em reunião com a Associação.

Ao longo da tramitação, o Comitê da Carreira também discutiu o tema e elaborou proposta com alterações no número de vagas e na hierarquia dos postos. Diante da existência de desenhos distintos, a AACE manteve a defesa dos elementos centrais de sua proposta original, especialmente quanto à implementação gradual, ao número de postos e à sua estrutura hierárquica, e segue buscando interlocução com a alta administração do Ministério para o avanço da iniciativa.

O Projeto de Adidância permanece em tramitação administrativa. Após a abertura do processo em janeiro de 2026, foram registrados novos documentos e movimentações, incluindo remessas à Secretaria-Executiva do MDIC e ao Ministério da Fazenda. O [último andamento identificado na consulta realizada em 13 de setembro de 2026 ocorreu em 17 de agosto de 2026](#), com remessa do processo à CCACE. A continuidade da articulação institucional para o desenvolvimento do projeto integra a agenda da AACE para o período restante do mandato.

Quadro 6. Principais andamentos do Projeto de Adidância

Data	Andamento
16/01/2026	Abertura do processo, com o Ofício nº 003/2026/AACE (SEI 57035890), complementos e textos normativos.
27/05/2026	Inclusão de minuta de decreto (SEI 61460152) e despachos; remessa à Secretaria-Executiva do MDIC e à sua assessoria.
08/06/2026	Remessa pela MDIC-SE-ASSES à MF-SE-ADJ, com recebimento na mesma data.
17/08/2026	Último andamento registrado: remessa pela MDIC-SE-SGA à MDIC-CCACE.

Fonte: [pesquisa processual do SEI](#), extraída em 13/09/2026. Os registros descrevem a tramitação administrativa; a implementação do projeto permanece pendente.

5.2. Acompanhamento das novas turmas

A AACE participou de sete atividades na ENAP e duas reuniões com integrantes das novas turmas de ACE. A atuação envolveu abertura e apresentação de cursos de formação, acompanhamento de atividades e acolhimento dos ingressantes. Em julho e agosto de 2026, a Associação também prestou orientações sobre o aproveitamento do curso de formação para progressão e outras questões de interesse dos novos servidores.

Quadro 7. Interlocução e presença institucional

Instância ou atividade	Registros
Ministro ou Secretaria-Executiva do MDIC	3
Outras autoridades e áreas do MDIC	2
Reuniões no MGI (GT ACE e Termo de Compromisso 01/2025)	3
Encontro com representantes de outras carreiras	1
FONACATE	12
TradeLab	1
IBCIS	4
Atividades e presença institucional na ENAP	7
Reuniões com integrantes das novas turmas	2

As categorias não são somadas: a reunião de agosto de 2026 sobre progressão aparece em mais de uma classificação. Os números medem registros por frente de atuação.

A AACE participou de três atividades no Instituto Servir Brasil, sobre reforma administrativa, relações de trabalho e proposições legislativas. A participação na assembleia da ANESP incluiu o debate sobre o Ciclo de Gestão, sem representar deliberação da AACE favorável à unificação.

6. Atuação jurídica e suporte técnico

A assessoria jurídica apoiou a defesa de direitos e a organização institucional da AACE. Foram iniciadas [quatro iniciativas jurídicas](#), produzidas 17 notas técnicas e realizadas duas reuniões com o escritório, abrangendo frentes em diferentes estágios de análise ou tramitação.

Quadro 8. Iniciativas jurídicas iniciadas na gestão

Tema	Objeto registrado
Teto remuneratório	Incidência do abate-teto sobre a remuneração decorrente de cargo ou função comissionada.
Auxílio-creche	Fim do desconto da cota-parte do servidor.
Décimo terceiro	Incidência do 13º salário sobre o benefício denominado “auxílio-permanência”.
Benefício Especial	Não incidência de Imposto de Renda sobre o Benefício Especial.

As iniciativas permanecem sujeitas à análise ou tramitação, sem indicação de resultado judicial definitivo. A denominação “auxílio-permanência” está sujeita à confirmação no acompanhamento jurídico.

6.1. Produção de notas técnicas

Quadro 9. Notas técnicas por assunto

Assunto	Qtde.
Estatuto, governança e patrimônio institucional	5
Representação institucional, sindical e tutela coletiva	4
Carreira de Analista de Comércio Exterior	2
Reforma administrativa	3
Direitos e relações de trabalho no serviço público	2
Proteção de dados e privacidade	1
Total	17

6.2. Articulação sobre o teto remuneratório

O [Ofício nº 002/2026/AACE/ASSECOR/AFIPEA/ANESP](#), de 5 de agosto de 2026, submeteu à Advocacia-Geral da União pedido de análise sobre a incidência separada do teto na remuneração do cargo efetivo e na retribuição de função ou cargo comissionado. O documento integra a atuação conjunta das entidades e registra um pleito de interpretação e aplicação administrativa, cujo resultado depende da apreciação pelos órgãos competentes.

7. Comunicação, integração e benefícios

7.1. Informação aos associados

Foram enviados **113 comunicados e informativos**: 80 entre março e dezembro de 2025 e 33 entre janeiro e agosto de 2026. Nas redes sociais, foram feitas 15 publicações, sendo 14 no Instagram e uma no LinkedIn. A comunicação tratou de pautas de carreira, atuação institucional, orientações aos associados e atividades de integração.

A frequência dos informes ofereceu à categoria meios para acompanhar a atuação da gestão entre as assembleias. Esse trabalho complementou os documentos formais dirigidos à Administração e os encontros com associados e ingressantes, mantendo em circulação informações sobre pleitos, providências e serviços.

A AACE apresentou uma **manifestação institucional sobre a nomeação para a Secretaria-Executiva da CAMEX**, em defesa do papel da carreira e do fortalecimento das instituições de comércio exterior.

7.2. Parcerias novas e renovadas

Quadro 10. Rede de parcerias registrada

Situação	Instituição / serviço
4 novas	SESI, IBCIS, Wellhub e OneSchool.
3 renovadas	Pia-Máter, FGV e ASBAC.

A **oferta do Wellhub** foi comunicada como uma entrega possibilitada pela adequação das despesas à realidade financeira da Associação. O ajuste interno criou espaço para avaliar demandas dos associados e incorporar serviços com impacto financeiro dentro da capacidade de custeio da AACE.

No caso do Pia-Máter, o **termo aditivo de 12 de agosto de 2026** prevê prorrogação por prazo indeterminado e manutenção de desconto de 15%, nas condições do convênio original, para associados e funcionários da AACE e seus dependentes. O documento oferece um exemplo concreto de continuidade e aperfeiçoamento das parcerias.

7.3. Integração e acolhimento

A agenda de integração incluiu presença em atividades de formação, boas-vindas aos novos servidores e encontros da categoria. Foram relacionados **seis eventos institucionais e de integração** em 2025 e 2026, incluindo confraternizações e atividades vinculadas ao curso de formação. Como alguns eventos não têm data individual confirmada, esse total abrange atividades realizadas e previstas.

A manutenção das parcerias e dos canais de atendimento evidencia a orientação de associar responsabilidade financeira a serviços percebidos pelos associados, com decisões de expansão compatíveis com os recursos disponíveis.

8. Continuidade do mandato

O início do processo eleitoral ocorre com o mandato em andamento. Até março de 2027, caberá à Diretoria dar continuidade às entregas, acompanhar os pleitos em negociação e organizar as informações necessárias à transição. A eleição está prevista para o início de dezembro de 2026, dentro do período definido pelo [art. 25 do estatuto](#), com a data a ser fixada na assembleia de setembro.

Quadro 11. Agenda para o período restante

Frente	Continuidade prevista
Administração e finanças	Acompanhar receitas, despesas e reservas; consolidar os efeitos da reestruturação e a execução orçamentária.
Carreira e representação	Prosseguir com os pleitos remuneratórios, de progressão, condições de trabalho, provimento, Projeto de Adidância e aperfeiçoamento da carreira.
Atuação jurídica e serviços	Acompanhar as iniciativas e informar sua evolução; manter atendimento, benefícios e parcerias.
Processo eleitoral e transição	Apoiar a comissão eleitoral, manter os registros organizados e preparar a transmissão de informações à gestão seguinte.

9. Conclusão

O balanço de março de 2025 a setembro de 2026 reúne a reorganização administrativa e financeira, a revisão das regras de governança, a representação da carreira perante o governo, o suporte jurídico e a comunicação e os serviços aos associados. Parte dos pleitos depende de negociação ou de decisão externa e é apresentada no estágio em que se encontra.

A reestruturação administrativa e financeira é a principal entrega do período. Após anos de consumo das reservas e recomposições limitadas, as aplicações alcançaram R\$ 311,2 mil em agosto de 2026, com acréscimo de R\$ 121,4 mil desde dezembro de 2025. A margem recuperada sustenta a proposta orçamentária de 2027 e permitiu ampliar serviços dentro da capacidade de custeio da Associação.

Agimos antes que a manutenção da estrutura impusesse à categoria um aumento expressivo das contribuições. Reorganizamos a estrutura, revimos contratos e despesas e incorporamos ao estatuto regras que alcançam também as próximas gestões. Esse trabalho foi construído sobre a base de receitas e despesas já existente, sem depender da entrada de novos ACE.

Na representação da carreira, levamos adiante a correção das distorções remuneratórias, a progressão, o provimento do quadro e o Projeto de Adidância, com suporte jurídico próprio, comunicação regular e acolhimento das novas turmas, que se refletiu em 38 novas associações. O mandato termina em março de 2027, e continuaremos trabalhando por novas entregas, pela valorização da carreira e pela consolidação de uma AACE administrativamente organizada, financeiramente responsável e orientada pelos interesses de seus associados.

Referências documentais

Documentos consultados

AACE. Relatório de Atividades AACE - Gestão 2025/2027, 03/09/2026. Itens 1 a 6: documentos expedidos, reuniões, assembleias, comunicação, parcerias, atuação jurídica e contratos. Arquivo 25-26_Atividades_Rel.pdf, 3 p.

AACE. Estatuto Social Consolidado. Arquivo 2026.02.03_AACE_EstatutoSocial.pdf, 23 p. Dispositivos citados: art. 1º, §§ 1º a 3º (operação remota); art. 4º, § 2º (contribuições); art. 7º, alíneas a a c (contenção de despesas); art. 11, §§ 8º a 10 (indenizações, contas, orçamento e comissão eleitoral); arts. 12, 16 e 25 (participação, compromissos financeiros e eleições).

AACE/ASSECOR/AFIPEA/ANESP. Ofício nº 003/2026, de 01/09/2026, dirigido ao MGI, MPO e MDIC. Reivindicação de correção das distorções remuneratórias entre carreiras.

MGI. Ofício SEI nº 96690/2026/MGI, de 12/08/2026. Documento SEI 63264023; Processo nº 14021.033563/2026-98. Resposta ao Ofício nº 001/2026/AACESindical/ASSECOR/AFIPEA/ANESP, especialmente item 3: próximo ciclo de negociação.

SEI. Pesquisa processual nº 14021.003027/2026-68, consulta de 13/09/2026, 3 p. Relação de protocolos e andamentos, incluindo o Ofício nº 003/2026/AACE (SEI 57035890), a minuta SEI 61460152 e as remessas até 17/08/2026.

AACE/ASSECOR/AFIPEA/ANESP. Ofício nº 002/2026, de 05/08/2026, dirigido à Advocacia-Geral da União. Pleito sobre incidência do teto remuneratório na remuneração de cargo efetivo e função ou cargo comissionado.

AACE/PIA-MÁTER. Termo Aditivo ao Convênio de Parceria Institucional, de 12/08/2026. Cláusulas primeira e segunda: vigência por prazo indeterminado e manutenção do desconto de 15%. Arquivo PIAMATER_Aditivo_2026.pdf.

AACE. Histórico Saldo Investimentos. Demonstrativo dos saldos de 31/12/2015 a 31/12/2025 e de 31/08/2026. Arquivo saldo_reservas.jpeg.

Câmara dos Deputados. [Medida provisória reajusta em 9% salários dos servidores civis do Poder Executivo](#), 02/05/2023. Reajuste com efeitos a partir de 01/05/2023.

AACE. Receitas 2027. Quadro de contribuições por padrão, quantitativo de associados, taxa SERPRO, arrecadação líquida e resultado projetado.

AACE. Despesas 2027. Quadro de previsão anual por grupo de gastos, com total de R\$ 590.182,55.

AACE. Despesas: 2026 Execução / 2027 para deliberação. Quadro comparativo de valores mensais e anuais, por rubrica, com comentários sobre os ajustes propostos.

AACE e AACE Sindical. Apresentação da Assembleia-Geral Extraordinária de 16/12/2022. Slides 8 a 10: proposta de indenização, bases de cálculo, valores e vigência a partir de abril de 2023.

Critérios de consolidação

O período de referência é março de 2025 a setembro de 2026, com atualização até 14/09/2026. A assembleia de 16/09/2026 e os atos eleitorais posteriores permanecem previstos. O total de assembleias realizadas exclui essa reunião: três AGOs e cinco AGEs.

As categorias de reuniões e ofícios não são somadas, pois podem se sobrepor. Eventos sem data individual confirmada incluem atividades realizadas e previstas. A denominação jurídica "auxílio-permanência" depende de confirmação no acompanhamento das ações.

As taxas de adesão das novas turmas consideram apenas os atos de nomeação que permaneceram válidos e a posição de 14/09/2026. A adesão da segunda turma segue em curso, e o total de 38 novas associações inclui três adesões não vinculadas a essas turmas.

Os saldos das aplicações são nominais e refletem movimentações e rendimentos; sua variação não equivale necessariamente ao resultado contábil. A proposta orçamentária reproduz os quadros de receitas e despesas, com divergências de cálculo identificadas em nota. O resultado de 2026 é parcial.

A contextualização das decisões integra esta prestação de contas. As referências documentais se limitam ao conteúdo registrado: a apresentação da AGE contém a proposta de indenização, e a consulta do SEI contém protocolos e andamentos.